**Logotipo

Descrição gerada automaticamente**

**Estudo de Viabilidade de uma Universidade Distrital**

Políticas institucionais de atendimento aos discentes

|  |  |
| --- | --- |
| **Identificação do Projeto** | |
|  |  |
| Nome do Projeto | Desenvolvimento de projeto de pesquisa de uma Universidade do Distrito Federal |
| Produto | Documento com a proposição de políticas institucionais de atendimento aos discentes |
| Diretoria | Executiva |
| Coordenação do projeto | Claudia Maffini Griboski |
| Consultor | Karla Lucia Bento |
| Data |  |

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
|  |  |
| 2. DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL | 6 |
|  |  |
| 2.1 Perfil discente: o contexto do DF e RIDE-DF | 10 |
|  |  |
| 3. BASE LEGAL | 16 |
|  |  |
| 4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL | 21 |
|  |  |
| 4.1 Concepção e diretrizes gerais | 33 |
|  |  |
| 4.2 Objetivo Geral | 35 |
|  |  |
| 4.2.1 Objetivos específicos | 35 |
|  |  |
| 4.3 Público-alvo | 37 |
|  |  |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
|  |  |
| 6. REFERÊNCIAS | 49 |

# INTRODUÇÃO

Apresento, neste relatório, o documento relativo ao Produto 3, Aditivo do Termo de Referência 2021-011. O objetivo central buscou a proposição de políticas institucionais de atendimento aos discentes que inclui:

1. Ações de estímulos à permanência e ao êxito (inclui ações de apoio pedagógico e psicossocial/aconselhamento acadêmico);
2. Formas de concessão de auxílios financeiros e de bolsas (inclui bolsas de demanda social, bolsas para projetos de pesquisa e extensão e para monitorias); e
3. Ações de combate à evasão e retenção.

Para consolidar esse objetivo, fez-se necessário retomar os documentos que vêm sendo construídos para a implementação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF), incluindo a Lei Complementar n. 987/2021 que autoriza e que orienta a criação da universidade, o Estatuto, mesmo em fase de análise e ajustes e relatórios de impacto (CEBRASPE, 2021a e CEBRASPE, 2021b). Além do contexto de criação, pautamos a proposta nos valores descritos no relatório Cebraspe (2022a) elaborado para o Termo de Referência 2021-020 que apresenta o documento contendo a missão, os valores, os objetivos e as metas institucionais. Em relação aos valores institucionais, o referido documento destaca:

* Ética pública e institucional;
* Gestão democrática;
* Inclusão;
* Inovação;
* Pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
* Pluralismo;
* Sustentabilidade e responsabilidade social; e
* Transparência e interesse público.

São valores que coadunam com a proposta progressista da UnDF que busca mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais historicamente produzidas e, portanto, orientam a proposição de políticas de assistência estudantil que promovem a inclusão social.

Como orientação para a elaboração, o produto 3 do Termo de Referência 011 deverá atender aos critérios de conformidade assim descritos:

* O estudo inclui proposta de políticas institucionais de atendimento aos discentes incluindo ações de estímulos à permanência e ao êxito?
* O estudo inclui proposta de políticas institucionais de atendimento aos discentes incluindo formas de concessão de auxílios financeiros e de bolsas?
* O estudo inclui proposta de políticas institucionais de atendimento aos discentes incluindo ações de retenção e de combate à evasão?
* As propostas de políticas possuem relação entre si e com as demais políticas desenvolvidas nas outras atividades desta ação?
* As propostas de políticas consideram como prioridade as áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias?
* As propostas de políticas foram desenvolvidas de forma contextualizada e referenciada?
* As propostas de políticas observam os critérios previstos nas legislações nacionais vigentes relacionadas?

Para avançar e embasar as proposições de políticas, foram desenvolvidos estudos de viabilidade e de impactos com a criação de uma universidade distrital. Os dados resultantes desses estudos contribuem para os princípios norteadores, para as diretrizes e para os objetivos propostos na apresentação dessa política institucional de atendimento aos discentes. Além dos dados desse contexto, o documento apresenta o aporte legal e as concepções teórico-conceituais que embasam a proposta.

Assim, logo após essa introdução, o segundo capítulo traz a contextualização da educação superior no Brasil e sua origem elitista, bem como dados sobre o perfil discente na região a partir dos estudos produzidos para análise e implantação da UnDF. O terceiro capítulo se constitui como a base legal para a proposição de uma Política de Assistência Estudantil no âmbito da UnDF. Na sequência, o texto apresenta os fundamentos para a proposição da Política de Assistência Estudantil, trazendo estudos e dados que contribuem para firmarmos a concepção, as diretrizes e os princípios, bem como os objetivos dessa política. Nesse mesmo capítulo, descrevemos o público-alvo e elencamos um rol de 20 áreas de atuação para atendimento dos estudantes.

O último capítulo apresenta as conclusões que retomam os critérios de conformidade do Termo Aditivo 011 para o Produto 3 e encerra com algumas proposições para execução eficiente e eficaz da referida política.

# DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A proposição de políticas de assistência estudantil enquanto direito vem ao encontro da visão inovadora e progressista com que nasce a UnDF, visando a diminuir as desigualdades sociais e a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem a todos(as) aqueles(as) que desejarem cursar e concluir a educação superior. O compromisso com essas políticas se justifica de imediato diante dos números muito inferiores ao total da população de jovens que deveriam ter acesso à educação superior brasileira, conforme apontam os dados de 2019 relativos à taxa de escolarização líquida na figura a seguir:

Figura 1 – Taxa de escolarização líquida por Unidade da Federação (2019)

Uma imagem contendo Padrão do plano de fundo

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Instituto Semesp 11.a Edição/2021

A média brasileira de 18,1% está distante da Meta 12 do Plano Nacional de Educação instituído pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabeleceu atingir 33% até 2024. Somente o Distrito Federal ultrapassou essa meta e, segundo Instituto Semesp (2021), comparando os dados de 2019 com 2018, o crescimento foi de apenas 0,2 ponto percentual, o que corrobora com a análise de que até 2024 a meta não será atingida. O gráfico também revela a desigualdade entre as regiões brasileiras com onze estados do Norte e Nordeste apresentando percentuais abaixo da média nacional.

Além de observar a taxa de escolarização, é preciso não perder de vista a que segmentos/classes sociais pertence a população que acessa a educação superior. Dados apontam que as políticas de ações afirmativas contribuíram significativamente para modificar o perfil discente nas instituições brasileiras de ensino superior triplicando a presença de pretos, pardos e indígenas nas universidades federais, estaduais e municipais, passando de 15% em 1999 para 46% em 2019. Em relação à presença da população pertencente ao quinto mais pobre, em 1995 representavam 1 a cada 100 em instituições de ensino superior, ampliando, a partir das políticas de democratização de acesso dos anos 2000, para 6 a cada 100 em 2015. Porém, a tendência de crescimento parou e apresentou queda em 2019, ficando a proporção em 5 a cada 100. (CEARÁ; AMOROZO; BUONO, 2021).

Que a universidade deva servir à sociedade que a criou parece não haver dúvidas. Resta, no entanto, saber a que sociedade deve servir. E, neste sentido, parece evidente que num país democrático a universidade precisa romper com o elitismo que a concebeu e engajar-se de forma clara num programa nacional que promova o acesso amplo das populações hoje excluídas. (RISTOFF, 2001, p. 205).

O elitismo a que se refere Ristoff (2001) fica evidenciado quando se analisa também que apenas 21% de adultos brasileiros entre 25 e 34 anos possuem diploma de educação superior, contra 49% nos Estados Unidos e 40% na Argentina, estando abaixo também do México (24%), da Colômbia (30%) e do Chile (34%) (CEARÁ; AMOROZO; BUONO, 2021). Assim, mesmo que no Brasil a educação seja um direito social de todos, reconhecido constitucionalmente, e que o seu acesso seja uma competência atribuída à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 1988), praticamente apenas um quinto dos adultos entre 25 e 34 anos concluíram alguma graduação. Outro fato que corrobora para esse baixo percentual é que a oferta de educação superior tem ocorrido, ao longo dos anos, majoritariamente, pela rede privada, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 2 – Evolução do número de instituições públicas e particulares de educação superior no Brasil (1980-2019)

Gráfico, Histograma

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Instituto Semesp 11.a Edição/2021

Observa-se que, mesmo tendo um crescimento significativo a partir dos anos 2000, as instituições de educação superior públicas representam menos de 12% do total de instituições brasileiras. Além de ampliar o acesso por meio de instituições públicas e gratuitas, a educação superior tem como desafio garantir a permanência e a aprendizagem desses ingressantes. Ao observarmos os dados no gráfico da figura a seguir podemos verificar que o número de concluintes é muito menor que o de ingressantes, principalmente nas IES particulares e mais ainda em cursos de Educação a Distância (EAD).

Figura 3 – Ingressantes e concluintes Presenciais e EAD (2015-2019)

Tela de computador com jogo

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Instituto Semesp 11.a Edição/2021

Observamos ainda que, mesmo diante de índices que continuam indicando a persistência da desigualdade histórica de acesso à educação superior, as políticas de ações afirmativas, que se fortalecem no Brasil principalmente a partir do século XXI, trouxeram impactos positivos no perfil de quem acessa a educação superior no Brasil. Isso ocorre porque o objetivo das ações afirmativas é o de “[...] acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos.” (PIOVESAN, 2008, p. 890). Assim, as ações afirmativas possuem um “prisma retrospectivo”, considerando que busca corrigir um passado de discriminações e de preconceitos e um “prisma prospectivo”, pois contribui significativamente para transformar a realidade social de forma mais justa e inclusiva (PIOVESAN, 2008).

Entre as ações afirmativas no Brasil, podemos trazer como exemplo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Antes disso, entre 2003 e 2006, “[...] o Programa Expansão Fase I criou novas universidades federais em regiões de fronteira e no interior do país [...]” (PAULA; MARTIN; ABRANTES, 2020, p. 110-111).

De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 *campus* para 274 *campus*/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138% (BRASIL, 2012, p. 11).

Entre os documentos que vêm sendo produzidos no âmbito da criação da UnDF, o Termo de Referência 2021-020, cujo produto apresenta a missão, os valores, os objetivos e as metas institucionais, propõe, como razão precípua à sua existência, a missão de:

Ser uma universidade com gestão de excelência, inovadora, inclusiva e tecnologicamente avançada e orientada para a formação de profissionais que revelem postura cidadã, crítica, democrática e ética frente aos desafios nacionais e internacionais, bem como compromisso com a transformação da sociedade e o desenvolvimento sustentável. (CEBRASPE, 2022a, p. 25).

A materialização dessa missão exige ações institucionalizadas que promovam “[...] o intercâmbio científico, tecnológico, cultural e educacional, visando a contribuir de maneira significativa para a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e justa.” (CEBRASPE, 2022a, p. 25). A proposição de políticas de assistência estudantil da UnDF é uma entre essas ações que visa à democratização do acesso, ao combate à evasão e ao apoio ao êxito acadêmico. A elaboração dessas políticas deve considerar as características regionais e do público a que se destinam e, nessa direção, apresentamos a seguir dados sobre o perfil discente no contexto do Distrito Federal (DF) e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

## Perfil discente: o contexto do DF e RIDE-DF

Conforme Cebraspe (2021a, p. 6) “[...] o Distrito Federal e mais 32 municípios integram a RIDE-DF, totalizando 33 unidades federativas [...]”. Na figura a seguir podemos visualizar a região:

Figura 4 – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)

Mapa

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Cebraspe (2021b, p. 11).

Conforme explica Cebraspe (2021b, p. 12), entre os objetivos para a integração desses municípios próximos ao DF em uma região, destaca-se o de “[...] oferecer oportunidades de melhoria das condições de moradia, de saneamento básico, de escolarização, de mobilidade urbana, entre outros, visto que tais municípios demonstram uma importante diversidade quanto à economia, à densidade demográfica e ao tamanho territorial.” Na Figura 5, que reproduz a Tabela 1 presente no relatório Cebraspe (2021a), a consultora apresenta os municípios que integram a RIDE-DF com dados sobre área territorial, população, densidade demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e PIB *per capita* que evidenciam a diversidade destacada por Cebraspe (2021b), a qual reproduzimos a seguir:

Figura 5 – Relação e Caracterização dos Municípios da RIDE-DF

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 1. Relação e Caracterização dos Municípios da RIDE – DF. | | | | | |
| Cidade | **Área Territorial**  **(2019) km²** | **População estimada**  **(2020)** | **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** | **Densidade demográfica**  **(2010)**  **hab/km²** | **PIB per capita**  **(R$)**  **(2018)** |
| Distrito Federal | 5.760,783 | 3.055.149 | 0,824 | 444,66 | 85.661,39 |
| GOIÁS | | | | | |
| Abadiânia | 1.045,127 | 20.461 | 0,689 | 15,08 | 16.132,95 |
| Água Fria de Goiás | **2.029,416** | **5.793** | **0,671** | **2,51** | **45.025,66** |
| Águas Lindas de Goiás | 192.392 | 217.698 | 0,686 | 846,02 | 9.100,34 |
| Alexânia | **847,893** | **28.010** | **0,682** | **28,09** | **29.731,85** |
| Alto Paraíso de Goiás | 2.593,904 | 7.688 | 0,713 | 2,65 | 22.173,34 |
| Alvorada do Norte | **1.259,366** | **8.705** | **0,660** | **6,42** | **14.929,92** |
| Barro Alto | 1.093,248 | 11.408 | 0,742 | 7,97 | 84.166,32 |
| Cabeceiras | **1.126,912** | **8.046** | **0,668** | **6,52** | **27.593,60** |
| Cavalcante | 6.953,666 | 9.725 | 0,584 | 1,35 | 26.121,71 |
| Cidade Ocidental | **390,959** | **72.890** | **0,717** | **143,38** | **11.394,02** |
| Cocalzinho de Goiás | 1.789,039 | 20.504 | 0,657 | 9,73 | 16.327,17 |
| Corumbá de Goiás | **1.061,955** | **11.169** | **0,680** | **9,76** | **15.791,45** |
| Cristalina | 6.163,806 | 60.210 | 0,699 | 7,56 | 40.300,93 |
| Flores de Goiás | **3.709,427** | **17.005** | **0,597** | **3,25** | **8.915,44** |
| Formosa | 5.813,637 | 123.684 | 0,744 | 17,22 | 19.525,95 |
| Goianésia | **1.547,274** | **71.075** | **0,727** | **38,49** | **20.108,61** |
| Luziânia | 3.961,100 | 211.508 | 0,701 | 46,06 | 17.452,11 |
| Mimoso de Goiás | **1.386,915** | **2.583** | **0,665** | **1,94** | **21.907,9** |
| Niquelândia | 9.843,247 | 46.730 | 0,715 | 4,30 | 24.041,58 |
| Novo Gama | **194,586** | **117.703** | **0,684** | **487,29** | **8.403,19** |
| Padre Bernardo | 3.142,396 | 34.430 | 0,651 | 8,81 | 15.252,08 |
| Pirenópolis | **2.205,010** | **25.064** | **0,693** | **10,43** | **18.116,35** |
| Planaltina | 2.550,524 | 90.640 | 0,669 | 32,10 | 12.177,22 |
| Santo Antônio do Descoberto | **945,650** | **75.829** | **0,665** | **66,99** | **9.129,07** |
| São João d’Aliança | 3.327,4 | 12.643 | 0,685 | ND | ND |
| Simolândia | **347,976** | **6.879** | **0,645** | **18,72** | **15.144,94** |
| Valparaíso de Goiás | 60,950 | 172.135 | 0,746 | 2.165,48 | 15.538,72 |
| Vila Boa | **1.060,172** | **6.312** | **0,647** | **4,47** | **17.160,33** |
| Vila Propício | 2.181,583 | 5.882 | 0,634 | 2,36 | 28.444,32 |
| MINAS GERAIS | | | | | |
| Arinos | 5.279,419 | 17.862 | 0,656 | 3,35 | 12.222,79 |
| Buritis | **5.225,186** | **25.013** | **0,672** | **4,35** | **32.657,62** |
| Cabeceira Grande | 1.031,409 | 6.988 | 0,648 | 6,26 | 44.075,37 |
| Unaí | **8.448,082** | **84.930** | **0,736** | **9,18** | **38.850,78** |
| TOTAL (RIDE) | 80.167,22 | 1.578.247 | --- | X=96,48 | X=23.059,80 |
| Total RIDE/DF | **85.928,00** | **4.633.396** | **---** | **X=134,23** | **X=24.956,83** |

Fonte: Cebraspe (2021a, p. 6-7).

A análise desses dados revela que “[...] a região é marcada por grande disparidade, não só ocupacional, mas, sobretudo, de renda, o que impacta diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano, o qual variou entre 0,824 (o maior) no DF e 0,584 (menor) em Cavalcante.” (CEBRASPE, 2021a, p. 8). Observa-se, ainda, que no Distrito Federal encontramos o maior índice de renda *per capita* do país ao mesmo tempo em que:

[...] 10% da sua população (sem considerar o Entorno) consiste de famílias com renda mensal de, no máximo, dois salários mínimos. Assim, em Brasília, convivem uma população visível com altíssima renda e uma população invisibilizada, em situação de pobreza e de extrema pobreza. O condomínio Sol Nascente, localizado na Ceilândia, foi considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a maior favela da América Latina, ultrapassando inclusive a Rocinha e outras grandes favelas de países vizinhos, como Argentina ou Bolívia. Em Brasília fica o metro quadrado mais caro e o mais pobre da América Latina, e 18% das famílias possuem ingressos mensais máximos de dois salários mínimos. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), Brasília é a quarta área metropolitana mais desigual do Brasil, e a décima sexta do mundo. (CABRAL; YANNOULAS, 2021, p. 13).

O mesmo relatório trouxe dados do perfil discente no Distrito Federal e da RIDE. Conforme a consultora responsável pela elaboração, o DF possuía o maior número de matrículas do Ensino Médio (EM) com 107.555 estudantes no final de 2019, o que representava 66,8% do total de matrículas na RIDE. Desse total, 24% estavam em escolas privadas e 76% em escolas públicas. Em relação à RIDE, os munícipios com maior número de matrículas no EM eram Luziânia (7.327), Águas Lindas de Goiás (6.626), Valparaíso de Goiás (5.646) e Formosa (4.302), que, somadas às matrículas do DF, representavam 81,6% do total de matrículas da região.

Os dados presentes no relatório também revelaram que, do total de matrículas na educação superior no DF em 2019, que totalizou 224.454 ingressantes, 75.622 se declararam brancos, 17.375 pretos, 89.572 pardos, 4.978 amarelos, 1.222 indígenas, 46 não dispuseram informação e 35.639 não declararam. Em relação ao sexo, em 2019, considerando universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais, o percentual de mulheres que acessam a educação superior é sempre maior do que o de homens. Ao analisar os dados por cursos, o relatório observa que a Engenharia Civil e Ciências da Computação possuem, na sua maioria, estudantes brancos do sexo masculino, havendo um percentual muito baixo de estudantes declarados pretos, amarelos e indígenas. (CEBRASPE, 2021a).

Em relação à renda, a autora destaca que, na UnB, os estudantes dos cursos de Engenharia Civil detêm a maior renda com 48,1% entre 10 e 30 salários mínimos e 14,2% acima de 30 salários, bem acima da média nacional de 10,2 e 2% nessas mesmas faixas de renda.

Além de considerar as características relacionadas ao perfil socioeconômico, as políticas que incidem sobre a permanência e a aprendizagem precisam levar em conta o perfil do jovem do século XXI que acessa a Universidade. Esse jovem nasce em uma sociedade na qual “[...] o avanço das tecnologias da informação e de transportes, o aumento da velocidade da circulação de pessoas, mercadorias e capital vem se dando de maneira cada vez mais intensa.” (SILVA; GIROTTO, 2019, p. 3329). Certamente esse aumento não ocorre de forma homogênea em todos os territórios, mas, conforme Silva; Girotto (2019), tem efeitos de escala global e provoca transformações nas formas de organização da sociedade, impactando nas dinâmicas das salas de aula também na educação superior. Para os autores:

No caso brasileiro, tais mudanças ganham contornos específicos se somados à ampliação do acesso ao ensino superior, resultado da luta em defesa da adoção das cotas sociais e raciais, mecanismo de reparação histórico, que tem possibilitado às populações historicamente marginalizadas a garantia do direito à matrícula em universidades públicas. No entanto, parcela importante desses estudantes encontram dificuldades diante da dinâmica de ensino-aprendizagem, que pouco ou nada dialogam com os seus contextos socioespaciais. (SILVA; GIROTTO, 2019, p. 3330).

Importante destacar que a difusão das redes sociais, as quais permitem criação e compartilhamento de conteúdos e de informações, desloca o papel das pessoas de apenas consumidores para produtores de informações influenciando o perfil desses indivíduos que possuem diante de si interconexões que rompem fronteiras. O uso cada vez mais frequente desses recursos tecnológicos tem sido alvo de observações no que concerne às formas como o cérebro humano se comporta em relação à aprendizagem, emocionalmente e na percepção da realidade (SILVA; GIROTTO, 2019). Em seu artigo, Silva; Girotto (2019) trazem estudos que indicam que o uso frequente da internet ativa áreas no cérebro que antes eram inoperantes. Isso faz com que os nativos digitais ganhem novas habilidades e percam outras. Assim, ao mesmo tempo que é possível aprender mais gastando menos energia, as leituras rápidas fazem com que se percam detalhes em uma conversa por não perceberem informações não verbais.

Essas considerações sobre algumas características gerais do perfil discente, mesmo que não sendo especificamente dos estudantes que irão acessar a UnDF, nos trazem um contexto geral para pensarmos propostas de políticas que auxiliem o ingresso, a permanência e o desempenho, tanto do público-alvo geralmente atendido pelas políticas de assistência estudantil, quanto dos demais estudantes, baseados na premissa de educação como direito de todos e todas.

# BASE LEGAL

A proposição da Política de Assistência Estudantil, no âmbito da UnDF, deve estar pautada em princípios e em objetivos educacionais, em consonância ao disposto na proposta do Estatuto da Universidade que prevê, entre os seus princípios:

Princípio 7 – Diversidade e inclusão na seleção de estudantes e instalação de programas para permanência e sucesso.

PRINCÍPIO: construção de rico ambiente cultural e social, promotor da paz, da democracia e de respeito à diversidade e inclusão (imperativo de equidade e justiça social), e programas de apoio e acompanhamento de estudantes visando à permanência e sucesso acadêmico e profissional.

IMPLICAÇÕES: necessidade de que a instituição, em seus diversos níveis e visando a todos os atores acadêmicos, desenvolva programas e estruturas para:

(i) captação, seleção e ingresso de estudantes com diferentes perfis socioeconômicos e culturais (inclusive estrangeiros), assim como atentos à inclusão;

(ii) promoção de apoio e acompanhamento visando à permanência de estudantes – programas de acolhimento, assistência e apoio por meio de bolsas de estudo, moradia, alimentação, transporte, eentre outros;

(iii) promoção de apoio e acompanhamento visando ao sucesso acadêmico – programas de apoio à inserção na vida acadêmica; tutorias; monitorias etc.;

(iv) promoção de apoio e acompanhamento visando à inserção profissional no mercado de trabalho, com atenção ao atendimento de suas demandas e percepção sobre os egressos. (CEBRASPE, 2022b, p. 19).

Essa proposição considera, ainda, as legislações que regem a educação de forma direta ou indireta, descritas a seguir, destacando os termos da Lei Complementar n. 987, de 26 de julho de 2021, que autoriza a criação e define as áreas de atuação da UnDF e dá outras providências e que, entre seus artigos, estabelece:

Art. 1.o, § 5.o — A UnDF deve garantir aos alunos com baixo poder aquisitivo programas especiais, aprovados pelo Conselho Superior, que auxiliem, entre outras despesas, no custeio de transporte e alimentação.

[...]

Art. 2.o, inciso IX — elaborar e implementar programa de assistência estudantil, para coibir a evasão de estudantes em contexto de vulnerabilidade social, observado o disposto na legislação específica.

[...]

Art. 3.o, inciso XII — democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, por meio da implementação de cotas raciais e sociais para ingresso em cursos de graduação ofertados pela UnDF, conforme legislações específicas, a ser disciplinada no Estatuto (DISTRITO FEDERAL, 2021).

Além disso, busca concretizar o disposto no Art. 7.o que compõe o documento com a proposta do Estatuto da UnDF e que apresenta as finalidades e metas da UnDf, destacando o primeiro inciso que aborda especificamente o Ensino, “[...] garantir acesso qualificado e inclusivo a processos e trajetórias formativas diversificadas e abertas aos interesses dos estudantes; [e] estabelecer mecanismos de acesso, promoção da permanência e sucesso dos discentes, especialmente aqueles de grupos sociais de maior vulnerabilidade social [...]. (CEBRASPE, 2022b, p. 40).

A proposição de uma política de assistência estudantil deve considerar o disposto na Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)[[1]](#footnote-1) e dá outras providências e que prevê, em seu Art. 3.o, como uma das dimensões obrigatórias a serem avaliadas, o inciso IX — políticas de atendimento aos estudantes. Da mesma forma, o Decreto Presidencial 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), traz importantes indicativos cuja finalidade é ampliar as condições de permanência e de êxito dos jovens na educação superior pública. Mesmo que direcionado especificamente às instituições federais, os objetivos, as ações e as orientações gerais do referido decreto trazem contribuições para a elaboração da proposta de política ora apresentada.

Pensar formas diversificadas de acesso de estudantes encontra respaldo legal na Lei n. 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Considerando ainda que o público-alvo das políticas de assistência estudantil tem sido composto por pessoas em situação de vulnerabilidades resultantes de exclusão, de desigualdade e de segregação educacional, podemos incluir, como base legal, as leis que compõem a legislação de temas transversais que buscam dirimir as desigualdades sociais e promover maior inclusão, quais sejam:

* Lei n. 10.639/2003 — Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
* Resolução CNE n. 1/2004 — institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
* Lei n. 11.645/2008 — Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
* Resolução CNE n. 1/2012 — Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.
* Resolução CNE n. 2/2012 — Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental.

Nesse mesmo bojo legal, deve-se considerar a Lei n. 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e que altera as Leis n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989; n. 9.029, de 13 de abril de 1995; n. 7.347, de 24 de julho de 1985; n. 10.778, de 24 de novembro de 2003; e n. 6.789, de 14 de janeiro de 2021. Cria o Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial (Codipir), dispõe sobre suas atribuições e sua organização e dá outras providências, de acordo com as previsões legais do Estatuto da Igualdade Racial.

Considerando que o Estatuto do Idoso, aprovado pela Lei n. 10.741/2003, estabelece entre seus dispositivos que é dever do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação, entre outros direitos, também o da educação, criando, para tanto, dispositivos de acesso com metodologias e programas adequados, também essa legislação deve orientar as políticas de assistência estudantis da UnDF.

A população LGBTQIA+ é uma das que mais sofre com a exclusão, segregação e discriminação desde a educação básica, sendo que as violações do direito à educação “[...] incidem sobre a garantia de acesso e principalmente de permanência das minorias sociais.” (CASALI; GONÇALVES, 2019, p. 8). Assim, o Programa Brasil sem Homofobia (2004) e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009) são importantes documentos a pautar a elaboração de propostas no âmbito das políticas de assistência estudantil.

As questões que envolvem a desigualdade de gênero devem também ter atenção, principalmente no âmbito da oferta de áreas e de cursos historicamente dominadas por homens, conforme dados de Cebraspe (2021a). Portanto, o Plano Nacional de Política para as Mulheres (2013 – 2015) constitui-se como orientador da proposta que se apresenta.

Da mesma forma, considerar toda a legislação sobre a inclusão de pessoas com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento, com transtorno do espectro autista, com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, com altas habilidades e com superdotação, também se faz necessário:

* Decreto legislativo 186/2008 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007;
* Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008;
* Decreto Presidencial 6.949/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
* Lei n. 12.764/2012 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3.o do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
* Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 – institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e
* Lei n. 6.637, de 20 de julho de 2020 – Estabelece o estatuto da pessoa com deficiência do Distrito Federal.

De forma mais global, as políticas de assistência estudantil devem estar em consonância e caminhar na direção da consolidação do que prevê a Lei n. 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências, principalmente no que concerne a Meta 12, direcionada à educação superior. Em um contexto ainda mais amplo, considerando o objetivo de desenvolver ações globais para acabar com a pobreza, para proteger o meio ambiente e o clima e para garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 também contribuem para fundamentar legalmente as proposições dessa política.

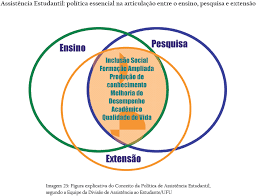
# POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) definiu a política de assistência estudantil como sendo:

[...] um conjunto de princípios e de diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Na sequência dessa definição, complementa afirmando que a assistência estudantil deve estar integrada ao contexto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando aos estudantes público-alvo da assistência estudantil participar das atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, considerando que possuem necessidades básicas atendidas pelas políticas. Essa perspectiva é ilustrada no artigo com a figura a seguir.

Figura 6 – Figura explicativa do Conceito da Política de Assistência Estudantil, segundo a Equipe da Divisão de Assistência ao Estudante/UFU



Fonte: FONAPRACE, 2012, p. 64

É fato que, tanto o FONAPRACE quanto o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se referem às IES Federais, porém os fundamentos em que se baseiam servem de parâmetro para as demais IES públicas estaduais e municipais, bem como IES privadas. Isso porque o compromisso para ampliação da oferta de educação superior presente na Meta 12 do Plano Nacional de Educação e respectivas estratégias implica em ações por parte de todos os sistemas de ensino, como podemos confirmar com as estratégias a seguir:

12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de que trata a Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.6) expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de que trata a [Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001](about:blank), com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;

12.18) estimular a expansão e a reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

12.20) ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de que trata a [Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001](about:blank), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), de que trata a [Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005](about:blank), os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2014).

Destacamos o potencial que a UnDF apresenta, por meio de suas políticas instituídas, no sentido de contribuir para o cumprimento dessa meta e de suas respectivas estratégias, incluindo a possibilidade de estabelecer parcerias com o Governo Federal para o desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos sistemas de ensino responsáveis pela oferta da educação básica. A própria ampliação de vagas na educação superior pública tende a servir de estímulo para aumentar os índices de conclusão do ensino médio que, conforme Cebraspe (2021a), atingia 48,8% da população brasileira na faixa etária de até 25 anos.

A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004), também merece atenção. Mesmo que a UnDF não esteja submetida diretamente a essa legislação, os sistemas estaduais têm tomado seu texto e instrumentos por base para instituírem os próprios sistemas de avaliação para a IES que respondem aos sistemas estaduais de educação. A finalidade do SINAES vem ao encontro do objetivo precípuo melhorar a “[...] qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social [...]” (BRASIL, 2004). Em seu Art. 3.o indica que a avaliação da educação superior deve identificar o perfil de atuação, incluindo, obrigatoriamente, as dimensões da responsabilidade social das IES em promover a inclusão social e as políticas de atendimento aos estudantes. Portanto, lê-se:

É importante ressaltar que a base legal leva à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe as IFES assumirem a Assistência Estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, consequentemente, multiplicador. (FONAPRACE, 2012, p. 66).

Na perspectiva de direito à assistência estudantil, a UnDF deve assumir esse compromisso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em processo de construção, reservando em seu orçamento verba compatível para execução das propostas oriundas das políticas instituídas pela universidade. Outro ponto a observar é que o PNAES delimita como público prioritário estudantes oriundos de escolas de ensino médio públicas ou com renda familiar *per capita* de um salário mínimo e meio, devendo, ainda, considerar outros requisitos fixados pelas IES conforme cada contexto. Assim, na caracterização desse público prioritário, as IES têm buscado identificar vulnerabilidades que possam prejudicar a permanência e o desempenho dos estudantes, como no caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) que criou o Índice de Vulnerabilidade Acadêmica (IVA-UTFPR) como um instrumento de classificação (PALAVEZZINI, 2021). Importante que a UnDF atente para a questão da educação e da assistência estudantil como um direito e que não restrinja as políticas às questões de renda, ampliando a compreensão sobre os fatores que levam à retenção e à evasão. Assim, acreditamos que o entendimento de vulnerabilidade presente nas áreas da saúde e da assistência social deva pautar as políticas de assistência estudantil, pois compreende que uma pessoa vulnerável:

[...] não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social, não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. Assim, ao mesmo tempo, o ser humano vulnerável pode possuir ou ser apoiado para criar as capacidades necessárias para a mudança de sua condição. É com base nessa última afirmação que concordamos que não se trata, a vulnerabilidade, apenas de uma condição natural que não permite contestações. Isso porque percebemos que o estado de vulnerabilidade associa situações e contextos individuais e, sobretudo, coletivos. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6).

Assim, o conceito de vulnerabilidade está atrelado à privação do exercício pleno de cidadania que pode incluir renda insuficiente, falta de acesso ou dificuldade de acessar os serviços públicos, vínculos sociais e relacionais fragilizados por questões discriminatórias e de preconceitos, entre outros fatores que podem ou não estar combinados entre si (BRASIL; 2004, *apud* SILVA, 2021). Especificamente na educação superior, as privações podem ser de “[...] acesso às oportunidades acadêmicas, do rendimento acadêmico, das condições de evasão e retenção, nos desejos de mobilidade, na inserção em programas e projetos, na formação qualificada, entre outras.” (SILVA, 2021, p. 11). Na UnDF, as propostas de políticas de assistência estudantil devem ser contestações de situações históricas e sociais de privação que se constituíram ou se que constituem em âmbito individual e coletivo e que colocam os sujeitos em vulnerabilidade e impedem o exercício pleno da cidadania em relação ao direito à educação, considerando condições de acesso, de permanência e de desempenho.

Para instituir tais propostas, deve-se conhecer também o que apontam os estudos sobre os motivos que levam à evasão, à permanência e ao bom ou mau desempenho acadêmico. Andrade; Teixeira (2017) citam estudos (BARDAGI, 2007; COSTA, 2010; MAGALHÃES; REDIVO, 1998; MEDINA, 2012; MOROSINI et al., 2012; RIBEIRO, 2005) que destacam fatores de evasão de ordem contextual, pedagógica e psicológica, tais como:

* Falta de identificação com o curso;
* Decepção com o mercado de trabalho, com o curso ou com a instituição de ensino;
* Dificuldades para conciliar os estudos com o trabalho;
* Baixo preparo escolar anterior ao ingresso;
* Alto nível de exigência do curso;
* Dificuldades financeiras;
* Falta de didática, baixa qualificação ou pouco engajamento dos professores para lecionar;
* Falta de apoio familiar; e
* Dificuldade de relacionamento com pares e professores.

Já Silva (2021) traz dados de uma pesquisa feita no âmbito das IFES em 2018 a respeito do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos atendidos por políticas de assistência estudantil que apontam as razões de trancamento de matrícula por estudantes com cobertura de assistência em comparação aos não atendidos, conforme revela a figura a seguir:

Figura 7 – Razões para trancamento de matrícula

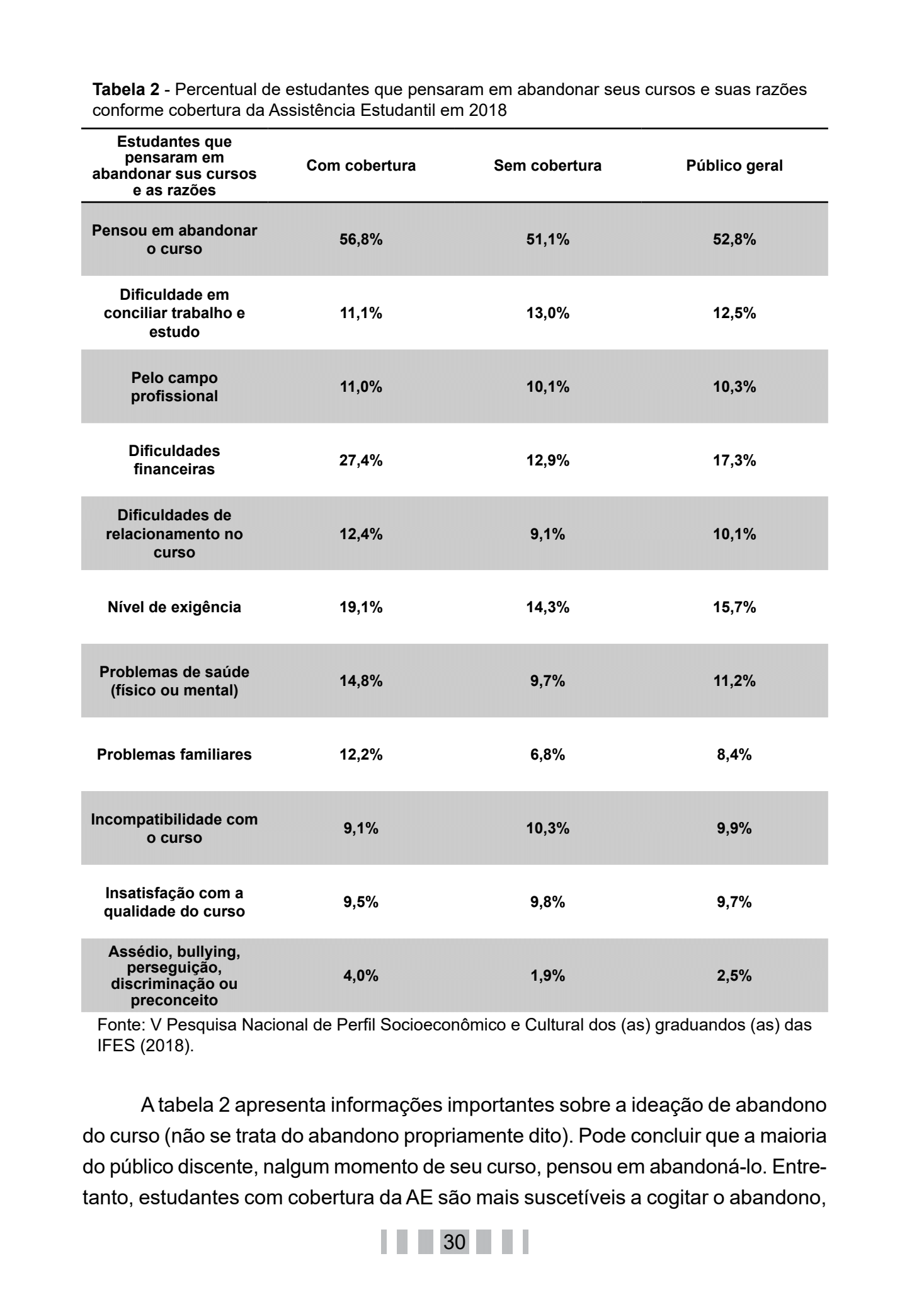
Interface gráfica do usuário, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Silva (2021, p. 28)

Ao compararmos os fatores trazidos a partir dos estudos de Andrade; Teixeira (2017) aos apresentados como resultado da pesquisa trazida por Silva (2018), podemos concluir que são semelhantes, sendo os dados apresentados pelos primeiros autores mais abrangentes. Além disso, ao apresentar o maior índice em “por outro motivo” é possível reforçar o caráter multidimensional e complexo relacionado aos fatores de evasão, de retenção e de desempenho. Outro importante dado trazido por Silva (2018) é o que aponta os motivos que já levaram os estudantes, em algum momento, a pensarem em abandonar os cursos. Nessa figura, é possível observar um número diversificado de razões que podem ajudar a pensar propostas preventivas:

Figura 8 – Razões que fazem os estudantes cogitarem o abando do curso



Fonte: Silva (2021, p. 30).

Andrade; Teixeira (2017, p. 515) citam, também, estudos (BARDAGI, 2007; COSTA, 2010; FERNANDES; ALMEIDA, 2005) que indicam a permanência como “Fruto de um processo multideterminado e longitudinal, que resulta da relação entre as condições pessoais, relacionais, contextuais e acadêmicas.” Assim, evidenciam que a “[...] variedade de fatores sinaliza baixa eficácia de ações isoladas no combate ao abandono de curso, sejam essas intervenções em aspectos institucionais (currículo, corpo docente e infraestrutura física) ou pessoais (informação e interesse pelo curso, recursos financeiros e suporte social/emocional).” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 515).

Para ilustrar os fatores multidimensionais que podem levar o estudante à evasão, recortamos da tese de Cislaghi (2008), a síntese elaborada pelo autor a partir revisão de literatura sobre as causas mais frequentes da evasão em IES brasileiras. Importante destacar que, além dos fatores presentes nessa macrovisão das causas que podem levar à evasão, deve-se considerar ainda atributos e características pessoais como raça, classe, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade, crença religiosa, deficiência física e/ou intelectual, transtornos, altas habilidades, sempre na perspectiva da interseccionalidade, ou seja, a existência desses fatores combinados entre si (COLLINS; BILGE, 2021).

Figura 9 – Macrovisão dos fatores que levam à evasão nas IES brasileiras segundo Cislaghi (2008)

Interface gráfica do usuário

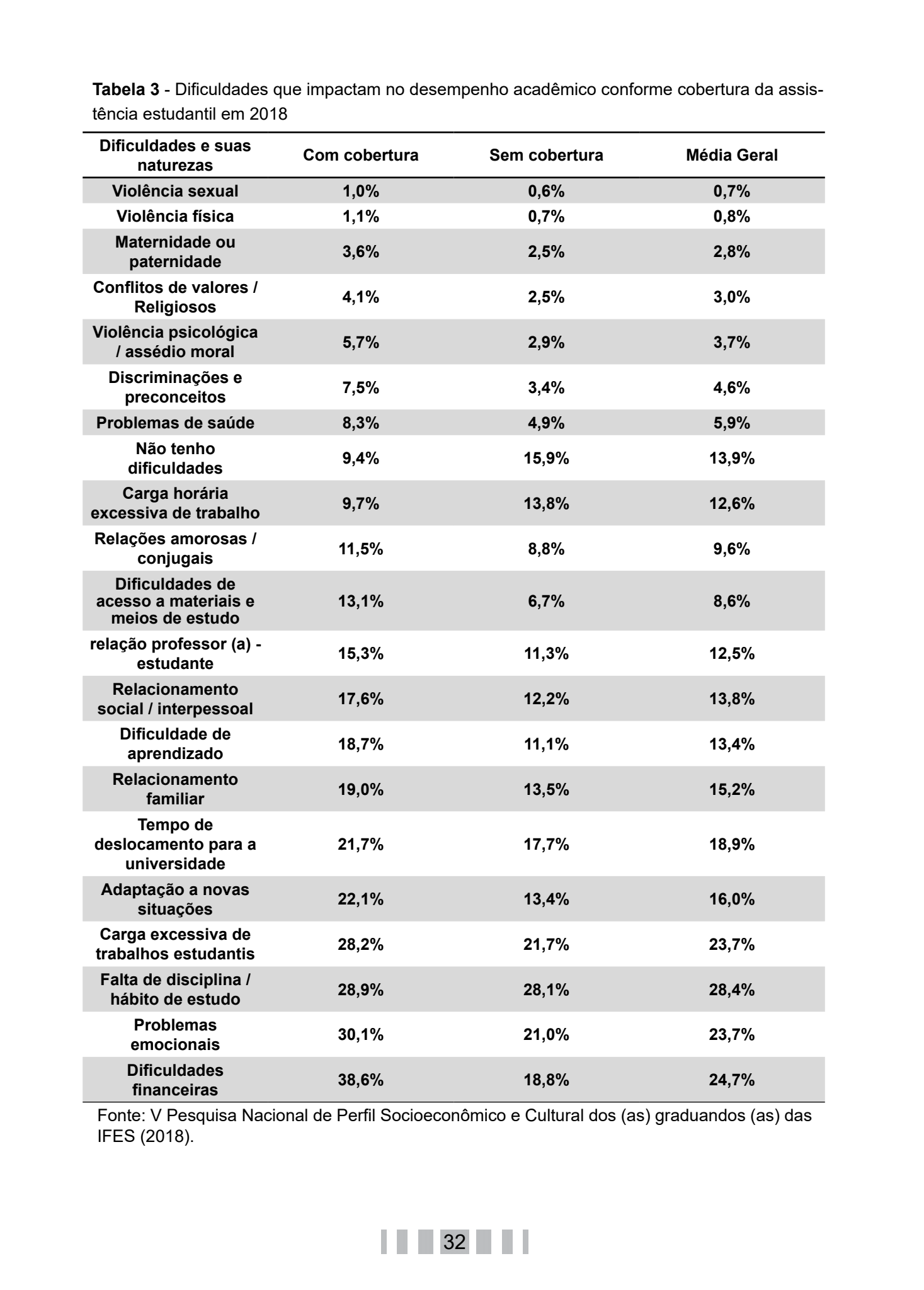
Descrição gerada automaticamente

Fonte: Cislaghi, 2008

O desempenho acadêmico também é alvo do artigo de Andrade; Teixeira (2017, p. 515) sobre o qual afirmam ser “[...] objeto de atenção das políticas públicas por ser um indicador acessível para diagnóstico e monitoramento da retenção no ensino superior.”. Os autores explicam que a preocupação de governos e pesquisadores em relação à retenção no ensino superior se dá, principalmente, em relação aos prejuízos financeiros e sociais já que esse fenômeno implica em um maior tempo de matrícula do estudante no curso do que o previsto no currículo, gerando ônus sociais e econômicos que incluem os gastos públicos e incidem também sobre o próprio estudante de forma pessoal e acadêmica, levando-o, muitas vezes, à evasão. Nesse sentido, a assistência estudantil deve “[...] observar permanentemente estudantes com desempenho insuficiente, independentemente de qualquer condição social, e mobilizar seus recursos para que possam lograr desempenhos melhores.” (SILVA, 2021, p. 15).

O desempenho dos estudantes em relação aos processos de ensinar e aprender é influenciado, conforme esses autores, por uma multiplicidade de fatores que incluem inteligência e dedicação, assim como “[...] a inter-relação entre questões pessoais e internas do estudante (fatores orgânicos, cognitivos, afetivos e motivacionais), aspectos relacionados à família e ao grupo social no qual está inserido, e o ambiente escolar (influenciado pelas interações, medidas pedagógicas e decretos governamentais que regem o ensino).” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 515-516). Na pesquisa trazida por Silva (2021), também é possível identificar essa multiplicidade de fatores, conforme apresentado na figura a seguir que aponta quais as dificuldades que os estudantes relataram para melhorarem seu desempenho:

Figura 10 – Fatores que impactam no desempenho



Fonte: Silva (2021, p. 32)

Andrade; Teixeira (2017) observaram que o desenvolvimento psicológico tem sido alvo de estudos relacionando o desempenho dos estudantes com a sua maturidade psicológica e social, o que está evidenciado na figura acima em várias das dificuldades apresentadas como no caso de “problemas emocionais” e “adaptação a novas situações” para citar duas que tiveram percentuais acima de 20% entre os estudantes com cobertura da assistência estudantil. Silva (2021) ainda apresenta dados sobre os diversos sofrimentos emocionais relatados pelos estudantes que impactam no desempenho. Ao observarmos os dados, podemos perceber que, mesmo os estudantes com cobertura estando sempre em maior percentual, o sofrimento emocional atinge significativamente os que não possuem cobertura, indicando que a UnDF, em suas propostas de políticas de assistência, deve estabelecer diretrizes que incluam estudantes para além do critério de renda.

Figura 11 – Sofrimento emocional e desempenho

Tabela

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Silva (2021, p. 35)

Todos esses dados implicam em considerar, como apontaram Andrade; Teixeira (2017), o desenvolvimento psicossocial, promovendo oportunidades para que os estudantes desenvolvam:

* Habilidades de aprendizagem e de expressão de ideias;
* Competências técnicas e instrumentais para a profissão;
* Atitudes sociais e relacionais mais maduras, respeitando opiniões e valores dos outros e entendendo um sistema social de princípios e convivência na comunidade;
* Autoconhecimento/identidade própria/autoestima e satisfação; e
* Comprometimento com objetivos pessoais e profissionais.

Assim, pode-se entender o desenvolvimento psicossocial como um importante indicador de reconhecimento pessoal e da participação social. A visão integrada do papel de si e dos outros, no contexto da sociedade, permite ao indivíduo operar sobre esta realidade a partir dos conhecimentos técnicos e humanos adquiridos. Esta leitura permite pensar o desenvolvimento psicossocial como um fator de inclusão social, a partir do momento em que o indivíduo se valoriza e estabelece metas de participação e mudança social. (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 516).

O engajamento social e a efetiva participação dos estudantes em promover mudanças sociais impactam na sua capacidade de observar e de planejar o futuro e essa capacidade, de acordo com o que consta no artigo de Andrade; Teixeira (2017), faz com que o sujeito se comprometa com os objetivos traçados e desenvolva ações para concretizá-los. Assim, “[...] uma população vulnerável adota estratégias imediatistas; enquanto as famílias com capacidade de imaginar e de planejar o futuro, assim como de realizar investimentos e de tomar atitudes concretas dirigidas à construção desse futuro, caracterizam o afastamento da zona de vulnerabilidade.” (BRASIL, 2012 apud ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 524). Essa constatação, junto dos fatores psicossociais, traz, para as propostas de políticas de assistência estudantil, o objetivo de “[...] promover condições ao estudante de pensar sua identidade pessoal/profissional e auxiliar no desenvolvimento de sua capacidade de imaginar e planejar seu futuro, atendendo suas necessidades básicas e permitindo estabelecer planos a médio/longo prazos congruentes com sua realidade, com vistas a tirá-lo da zona de vulnerabilidade.” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 524).

Como é possível constatar, pensar a assistência estudantil exige considerar questões complexas e contextualizadas, porque as realidades locais e regionais possuem especificidades, assim como a forma que os indivíduos e grupos se relacionam com e nessa realidade, não podendo essas propostas de assistência estudantil estarem focalizadas em suprir apenas questões materiais, atendendo restritamente necessidades de sobrevivência. Sem dúvidas esse provimento é essencial, porém, conforme apontam os estudos apresentados, existem fatores mais complexos envolvidos, ou seja, “[...] a assistência estudantil como uma política de educação deve se voltar não apenas para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que os indivíduos possam realizar as atividades diárias na instituição, mas também devem ser destinadas aos aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos.” (KOWALSKI, 2012, p. 155).

Na conclusão de sua tese de doutoramento, Kowalski (2012, p. 159) chama a atenção para o risco de compreender a assistência estudantil como assistencialismo, como se o atendimento aos estudantes fosse um favor ou benevolência da instituição, pois essa compreensão rebaixaria:

[...] a política de educação a uma “política de pobre para pobre” que se afirma por meio da “bolsificação” num processo de “alívio da pobreza” e “passivização da questão social”. Nisso ainda há um processo de depreciação do próprio direito à educação, que se configura como uma política universal a ser usufruída por todos os estudantes, independentemente de sua condição social.

Por isso, na formulação de uma política de assistência estudantil é essencial que a UnDF assuma a assistência estudantil como um direito que faz parte do processo educativo, articulando-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Essa perspectiva da política de assistência estudantil que inclui as três dimensões do fazer acadêmico contribui para viabilização do “[...] caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inseri-la na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.” (ANDIFES, 2007/2008, P. 5).

Cislaghi (2008) nos traz algumas premissas acerca das razões e contextos que levam os estudantes a permanecer ou a evadir:

1. A permanência é um processo complexo que envolve as características pessoais dos estudantes, os traços de cada indivíduo, as experiências educacionais vividas antes e após o ingresso na IES e o conjunto de influências do ambiente externo;
2. A maior incidência de evasão discente ocorre no primeiro ano da graduação;
3. As experiências dos discentes numa IES podem ser de dois tipos: acadêmicas e sociais, sendo que ambas podem afetar o comprometimento do estudante com a instituição e o seu objetivo de obter formação superior;
4. O envolvimento dos estudantes com uma IES ocorre na medida em que estejam certos de sua escolha, que se sintam pertencentes à instituição, e da sua percepção de que aquela instituição é um meio para atingir os seus objetivos, normalmente uma boa educação e um emprego;
5. Os resultados acadêmicos formais, objetivados no desempenho em notas, são um importante preditor da permanência;
6. O encorajamento e o apoio de pessoas próximas ao estudante influenciam sua integração social e acadêmica no *campus* e, por decorrência, sua permanência;
7. O ambiente externo pode oferecer influências negativas (ex.: demandas e responsabilidades familiares e profissionais) e positivas (encorajamento por familiares ou amigos) sobre o desempenho social e acadêmico do estudante;
8. Havendo *stress* relacionado aos custos do estudo e da própria subsistência, a integração social e acadêmica do estudante pode ser negativamente afetada e, por decorrência, sua permanência também; e
9. O apoio financeiro pode viabilizar a permanência até a conclusão do curso. (CISLAGHI, 2008, P. 69-70).

Todo esse aporte referencial nos permite definir a concepção, os princípios e as diretrizes que devem reger a Política de Assistência Estudantil da UnDF, traçar o objetivo geral dessa Política, bem como descrever o público-alvo e a proposta de programas e as ações voltadas a esse público.

## CONCEPÇÃO E DIRETRIZES GERAIS

A Política da Assistência Estudantil da UnDF deverá ser regida por um conjunto de diretrizes orientadoras que estejam com consonância com a missão e com os valores apresentados em Cebraspe (2022a) e já transcritos no documento ora apresentado e com os princípios descritos em Cebraspe (2022b) referentes ao compromisso com a inclusão e com a responsabilidade social da instituição. Essas diretrizes visam a orientar o desenvolvimento de programas e de linhas de ações com o objetivo de favorecer a democratização do acesso, a permanência e o êxito dos discentes durante seu processo formativo.

A concepção precípua da política da assistência estudantil da UnDF tem como perspectiva a universalização do direito à educação e formação integral de todas as pessoas. Dessa forma, compreende que a assistência estudantil é também um direito e deve abranger todos os estudantes regularmente matriculados, em conformidade com as necessidades e/ou vulnerabilidades apresentadas e que, em alguma medida, comprometem o êxito em seu processo formativo.

Assim, as diretrizes que fundamentam a Política da Assistência Estudantil da UnDF são:

1. Direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade;
2. Irredutibilidade dos benefícios da Assistência estudantil e seu fortalecimento como direito social e dever político;
3. Educação como meio de acesso aos demais direitos sociais, promovendo a inclusão, a equidade, a justiça social e o exercício pleno da cidadania;
4. Igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo, isento de quaisquer formas de discriminações e/ou preconceitos em relação à etnia, à cultura, à classe, ao gênero, à orientação sexual, à idade, à crença religiosa, a pessoas com deficiência, a transtornos globais do desenvolvimento e a altas habilidades/superdotação;
5. Fortalecimento da formação humanística nos processos de ensino e aprendizagem;
6. Respeito às diversidades e à dignidade humana que inclui promoção da autonomia, direito a benefícios e serviços de qualidade, participação política e integração acadêmica e comunitária;
7. Garantia da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar ciência e cultura, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
8. Incentivo às práticas e manifestações artísticas, culturais, desportivas e de participação política estudantil, como meios de integração social e acadêmica;
9. Compreensão das vulnerabilidades e das necessidades educacionais especiais a partir do conceito de interseccionalidade;
10. Participação das organizações estudantis na formulação, implementação e avaliação de planos, programas, ações e projetos visando à integralidade e à qualidade dos serviços ofertados pela política de Assistência Estudantil;
11. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pela instituição e dos critérios para seu acesso; e
12. Promoção da intersetorialidade entre as diferentes políticas sociais.

## OBJETIVO GERAL

Promover a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do(a) estudante da UnDF de forma oportunizar igualmente as condições de participação das atividades acadêmicas que incluem ensino, pesquisa e extensão, considerando a perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida no pleno exercício da cidadania.

### Objetivos específicos

1. Propor políticas de assistência estudantil como direito social e dever político, afastando quaisquer perspectivas de cunho assistencialista e contribuindo para reduzir as desigualdades sociais;
2. Contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo a retenção e a evasão;
3. Promover o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes da UnDF, na perspectiva da inclusão social e da democratização de forma articulada com ensino, com pesquisa e com extensão;
4. Ampliar as condições de participação democrática e engajamento estudantil nas instâncias políticas da universidade para formação da autonomia e o exercício pleno da cidadania visando à acessibilidade, à valorização da diversidade, ao pluralismo de ideias, à inclusão e à justiça social;
5. Desenvolver ações, planos, programas e projetos de assistência estudantil articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão, garantindo ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;
6. Promover e ampliar a formação integral, humanística e intercultural dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios culturais, esportivos, artísticos, políticos, científicos e tecnológicos;
7. Promover a educação na perspectiva da inclusão e a utilização de abordagens educacionais pautadas no Desenho Universal para Aprendizagem[[2]](#footnote-2) (DUA), compreendendo as deficiências a partir do modelo social que se contrapõe ao modelo médico[[3]](#footnote-3);
8. Realizar o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos estudantes para identificar os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
9. Promover ações de atenção e de cuidado com saúde física, emocional e social[[4]](#footnote-4), na perspectiva da intersetorialidade;
10. Desenvolver programas de acolhimento, de nivelamento e de orientação para o estudo e organização do tempo;
11. Desenvolver programas de bolsas e auxílios que subsidiem a permanência e incluam alimentação, transporte, moradia, saúde, inclusão digital, creche, apoio para intercâmbios e participação de eventos;
12. Desenvolver programas para aquisição de fluência em língua estrangeira, preferencialmente inglês e espanhol, bem como de português para estrangeiros;
13. Desenvolver programa de aconselhamento visando à integração social e acadêmica dos estudantes que contribua para a diminuição dos índices de evasão e de retenção e que promova maior integração entre o corpo docente e discente de forma a proporcionar um estado de bem-estar social na universidade;
14. Criar instrumentos diagnósticos para identificar o perfil dos estudantes ingressantes, bem como instrumentos de acompanhamento e de monitoramento do desempenho acadêmico;
15. (Re)dimensionar as ações desenvolvidas e consolidar programas e projetos relacionados ao atendimento às necessidades apontadas pelos instrumentos diagnósticos aplicados, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
16. Subsidiar a elaboração e o monitoramento das políticas institucionais de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e de ações afirmativas de defesa e de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e de gênero;
17. Subsidiar a elaboração e o monitoramento das políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e responsabilidade social;
18. Publicizar e divulgar amplamente os benefícios, os serviços, os programas e os projetos de assistência estudantil, os recursos oferecidos e respectivos critérios para acesso;
19. Atualizar periodicamente o perfil socioeconômico e a realidade acadêmica dos estudantes por meio de pesquisa/cadastro;
20. Definir um sistema de avaliação das ações, dos programas e dos projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e desempenho acadêmico;
21. Estabelecer parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil para o desenvolvimento de programas e projetos.

Esse conjunto de objetivos, em consonância com as diretrizes acima descritas, devem estruturar a política de assistência estudantil da UnDF considerando o “[...] pressuposto que, como universidade pública, seu papel está diretamente vinculado à geração, disseminação e socialização do conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e humanístico, na perspectiva de uma gestão inovadora.” (CEBRASPE, 2022a, p. 7). Assim, as ações, programas e projetos desenvolvidos no âmbito dessa política de assistência estudantil devem possibilitar aos estudantes a participação nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura que se propõem a efetivar a missão de “[...] produzir, disseminar e transferir conhecimento crítico, em consonância com as demandas da sociedade, por meio de atividades acadêmicas alicerçadas na responsabilidade social e sustentabilidade.” (CEBRASPE, 2022a, p. 26).

## PÚBLICO-ALVO

A definição do público-alvo da Política de Assistência Estudantil da UnDF se dá com base no PNAES e amplia o escopo de atendimento tomando o princípio de assistência estudantil como um direito. Assim, inicialmente, todos os estudantes matriculados na UnDF têm direito à assistência estudantil conforme apresentar necessidades de recursos para transpor obstáculos e superar impedimentos em relação ao desempenho acadêmico (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017). Essa prerrogativa inclui estudantes matriculados em quaisquer modalidades de ensino. Os recursos podem ser de ordem econômica, pessoal e psicológica e serem destinados conforme o contexto socioeconômico e psicossocial em que o estudante se encontra. Para definir critérios de prioridade, a equipe responsável pela elaboração e execução da política de Assistência Estudantil deve considerar seu contexto de inserção e a realidade socioeconômica na qual vivem os estudantes, ou seja, como é o custo de vida, as oportunidades de trabalho, cultura, lazer, o meio ambiente, as relações interpessoais, o acesso, a disponibilização e meios de transporte público, o saneamento básico, o acesso à saúde pública, entre outros fatores que influenciam a constituição dos sujeitos.

O PNAES e as políticas de assistência estudantil de outras IES podem trazer indicativos para o estabelecimento de critérios e de prioridades, porém, é essencial considerar o contexto local e regional de inserção da UnDF e suas especificidades em relação a outras IES. Como sugestão, a política poderá indicar como público-alvo:

1. Todos os estudantes regularmente matriculados no respectivo semestre letivo da UnDF poderão acessar serviços, programas, projetos e ações que possuam caráter universal, ou seja, independentemente da situação socioeconômica ou da modalidade que estejam cursando (presencial ou EaD);
2. A UnDF definirá, conforme seu contexto, quais ações possuem caráter universal e quais são direcionadas exclusivamente aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica;
3. Estudantes regularmente matriculados no respectivo semestre letivo da UnDF que apresentem situação de vulnerabilidade socioeconômica poderão acessar programas, projetos e ações específicas ou prioritárias, incluindo auxílios socioeconômicos e bolsas acadêmicas. Entre esses, deve-se incluir estudantes estrangeiros que fizerem parte de programas de ajuda humanitária e/ou ingressantes por meio de editais de ações afirmativas;
4. Estudantes matriculados em cursos na modalidade EaD devem ter acesso a todas as ações, exceto aquelas que pressupõem necessidade de deslocamento como auxílio transporte, mudança de residência como auxílio moradia e residência estudantil.

### Áreas de atendimento

Para estabelecer as áreas de atendimento da política de assistência estudantil, tomamos por base as indicações no aditivo do Termo 011, as orientações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), bem como revisão de literatura e o levantamento de Políticas de outras IES como Universidade de Brasília; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal do Recôncavo Baiano; Universidade Federal da Fronteira Sul; Instituto Federal da Paraíba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Instituto Federal Baiano e Instituto Federal do Ceará. Observamos que, a critério da equipe responsável pela Política na UnDF, e considerando o contexto que se apresente, o estabelecimento dessas áreas poderá ser redefinido, agrupando e/ou ampliando mesmo depois de estabelecida a política cuja flexibilidade deve sempre atender ao objetivo principal, qual seja, melhorar o desempenho acadêmico, prevenindo e evitando retenção e evasão.

Importante considerar o contexto socioeconômico dos estudantes e as situações que os coloquem em vulnerabilidade psicossocial com base no princípio da interseccionalidade para a concessão de benefícios relacionados às ações da política de assistência estudantil, observando que, em alguns casos, será necessária a confluência de mais de uma área/benefício.

#### Auxílio Moradia

Benefício fixo e mensal concedido para estudantes regularmente matriculados e, geralmente, provenientes de outras localidades e que tenham dificuldades de traslado diário. Visa a orientar, informar, apoiar e auxiliar com recursos financeiros destinados à locação e a gastos relacionados com moradia de forma a contribuir para a permanência e com o bom desempenho acadêmico com os estudantes que não possuem recursos suficientes para manter moradia digna e que não tiveram acesso ao benefício de residência estudantil.

#### Residência estudantil

Da mesma forma que o auxílio moradia, a residência estudantil destina-se a estudantes regularmente matriculados e que sejam oriundos de outros municípios, de localidades muito distantes da Universidade e/ou que tenham problemas de mobilidade. A estrutura e funcionamento da(s) residência(s) estudantil(is) da UnDF será regida por regulamento específico, elaborado de forma participativa e aprovado nas instâncias superiores da universidade.

#### Alimentação

O benefício de alimentação pode ser concedido por meio do acesso aos restaurantes universitários cujos valores praticados tenham subsídios da instituição de forma que todos os estudantes matriculados tenham acesso a alimentação saudável, balanceada e a baixos custos. Além disso, o programa pode prever auxílio pecuniário para custear a alimentação na totalidade e conceder cestas básicas àqueles estudantes que estiverem em situações de vulnerabilidades e/ou de risco alimentar.

O programa deve prever também orientação nutricional disponível a todos os estudantes regularmente matriculados com atenção à saúde básica e prevenção de doenças e comorbidades relacionadas à má alimentação/nutrição.

#### Transporte

Para estabelecer um programa de auxílio-transporte, a UnDF deve considerar os meios de transportes utilizados pelos estudantes e disponíveis no contexto local e regional, bem como as distâncias e tempos de deslocamento. O benefício de auxílio-transporte consiste em custeio em forma de pecúnia pago mensalmente e que se destinam a pagar integralmente ou de forma complementar as despesas com deslocamento durante o período letivo ou em que estejam vigentes atividades relacionadas à sua formação acadêmica. Os critérios e formas de auxílio devem ser definidos em editais próprios e conforme o contexto levantado.

Considerando cada contexto, o auxílio poderá ser concedido para custeio de transporte público e coletivo e, em casos específicos, deve-se analisar a possibilidade de conceção para transporte próprio ou compartilhado ou contratação de empresas privadas que ofertam serviços de transporte.

O auxílio-transporte se destina exclusivamente a estudantes que não tenham acesso a outros benefícios concedidos por prefeituras municipais que custeiam o deslocamento dos estudantes.

#### Atenção à saúde

Inicialmente, o programa de atenção à saúde da UnDF poderá ser desenvolvido com a mediação do acesso dos estudantes aos serviços de saúde, bem como às informações e encaminhamentos que contribuam para a promoção da saúde psicossocial. Isso poderá ser feito por meio de parcerias/convênios com as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, acesso dos estudantes ao Cartão Nacional de Saúde e divulgação de informações básicas sobre o funcionamento do SUS na perspectiva de uma educação em saúde que considere os sujeitos na sua integralidade física, mental e social.

A UnDF poderá também estruturar sua equipe responsável pelas políticas de assuntos estudantis com uma equipe multidisciplinar de profissionais das áreas de psicologia, enfermagem, medicina, odontologia, fonoaudiologia, nutrição, educação física, serviço social, pedagogia, professor para atendimento educacional especializado, tradutor e intérprete de LIBRAS, entre outros que se mostrarem necessários para garantir a eficiência e eficácia de implementação da política de assuntos estudantis.

A atenção à saúde se dará na perspectiva da intersetorialidade visando à promoção da saúde e à prevenção de doenças cujo atendimento considera o bem-estar físico, mental e social e oferta de serviços de orientação, auxílio e acolhimento por demanda espontânea ou por encaminhamento de outros profissionais da instituição.

#### Auxílio eventual/emergencial

Benefício destinado a estudantes que apresentarem dificuldades/vulnerabilidades socioeconômicas emergenciais e/ou eventuais que comprometam sua permanência e aprendizagem na universidade. Para receber esse auxílio, cada situação deverá ser analisada e acompanhada por equipe interdisciplinar, tendo como integrante essencial o profissional de serviço social. A comprovação da situação documental ou autodeclarada deverá ser analisada por essa equipe.

#### Auxílio livros/materiais didáticos, instrumentais e equipamentos

A UnDF deverá mapear os cursos que exijam materiais didáticos, equipamentos específicos e instrumentais e manter um acervo que possa ser disponibilizado aos estudantes que apresentarem dificuldades na aquisição. Pode-se, ainda, analisar a utilização **de auxílio financeiro eventual** para aquisição de materiais, livros, instrumentos e equipamentos conforme o contexto e as exigências do curso de formação.

#### Auxílio impressão/xerox

E que pese a necessidade de criar uma cultura de preservação ambiental, sendo importante privilegiar o acesso ao acervo físico e on-line das bibliotecas ou de publicações de periódicos disponíveis na internet, ainda é comum que algumas áreas persistam em utilizar de textos impressos e/ou cópias de parte de obras. A UnDF poderá definir se esse auxílio será feito por meio de repasse pecuniário ou por meio de cotas de impressão/xerox, sempre considerando direitos autoriais e respectiva legislação.

#### Auxílio Creche

Benefício financeiro mensal destinado a estudantes mães ou pais regularmente matriculados, que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e possuam filho/filha com idade até 5 anos, 11 meses e 29 dias ou com deficiência comprovada por laudo médico. Considera-se que, nessa situação, o conjunto de atenções envolvidas, “[...] se traduz em esforço afetivo, atividades de cuidado, mobilização das redes de sociabilidade e custos financeiros.” (SILVA, 2021, p. 86). Concomitante ao período de formação acadêmica, esses esforços podem gerar sobrecarga e resultar em retenção e evasão.

#### Auxílio para Visitas técnicas/saídas a campo

Ação que viabiliza a participação de estudantes em atividades de saídas a campo vinculadas a projetos institucionais ou que ocorram no âmbito de disciplinas curriculares que sejam essenciais para ampliação de repertório e/ou aprofundamento teórico-prático-científico que sejam previstas no plano de trabalho ou aprovadas no âmbito dos colegiados do respectivo curso. O benefício pode ser concedido diretamente aos estudantes ou docente/técnico responsável pela atividade, sendo o recebedor responsável pela prestação de contas e apresentação de respectivos comprovantes quando for o caso.

#### Auxílio para participação de Eventos/intercâmbios

Visa a prover recursos financeiros, orientações, apoio e acompanhamento para participação de eventos internos, locais, regionais e internacionais, bem como de intercâmbios e mobilidade estudantil nacionais e internacional. O apoio e acompanhamento devem ocorrer, inclusive, durante o período em que durar a atividade/intercâmbio, estabelecendo um canal de comunicação e de orientação com os estudantes. Esses eventos podem incluir atividades artísticas e culturais, científicas, esportivas e de lazer, desde que demonstrada a pertinência e contribuição para o processo formativo.

#### Orientação e atualização profissional/vocacional

Essa ação visa a atender estudantes que buscam orientação profissional, autoconhecimento em relação aos próprios gostos e interesses profissionais, informações sobre as profissões, mercado de trabalho e formas de desenvolvimento profissional e de carreira. Visa a acolher e a prevenir as angústias em relação à escolha do curso e conflitos com seus interesses psicossociais e profissionais.

No âmbito da atualização profissional, as ações visam a complementar a formação acadêmica por meio de atividades extracurriculares que fortaleçam a sua profissionalização.

#### Educação financeira

Essa ação visa a orientar estudantes sobre formas de gerir as finanças e de tomar as melhores decisões, contribuindo com o desenvolvimento e para o fortalecimento da autonomia desses estudantes na medida em que suas decisões em relação a própria situação financeira impacta a sua vida pessoal e a coletividade. A má gestão financeira pode ser fator de risco de evasão e de adoecimento físico e mental, causando efeitos sociais negativos que podem comprometer seu desempenho acadêmico e seus projetos de futuro (SILVA, et all, 2019).

#### Inclusão e letramento digital

Ações de inclusão digital pressupõem o acesso às redes de internet e equipamentos, bem como um conhecimento básico sobre os seus usos. Já o letramento digital amplia o saber usar para um saber usar social, estratégico e criticamente os diferentes gêneros textuais digitais, reconhecendo também a fidedignidade das fontes (SCHNITMAN, 2018).

As ações podem prever capacitação, monitoria, disponibilização de laboratórios e empréstimo de equipamentos, entre outros. Pode-se, ainda, analisar a utilização de **auxílio financeiro eventual** para aquisição de equipamentos conforme o contexto e as exigências do curso de formação.

#### Idiomas (aquisição de língua estrangeira, preferencialmente inglês e espanhol e português para estrangeiros)

Implementar programa com oferta de línguas estrangeiras, preferencialmente inglês e espanhol, de forma a ampliar o repertório cultural de estudantes regularmente matriculados visando à inserção social de forma globalizada e ampliando as oportunidades de trabalho e de renda.

O programa deve prever, também, a oferta de português para estrangeiros, em especial estudantes acolhidos por ações humanitárias/refugiados.

#### Apoio pedagógico e/ou psicossocial

Busca identificar situações que criem dificuldades para os processos de aprendizagem e que influenciem na retenção e na evasão para elaborar estratégias que contribuam para melhorar o desempenho acadêmico. Esse apoio pedagógico/psicossocial poderá ser acompanhado de outras ações dentro da política de assistência estudantil que diminuam ou que eliminem os problemas identificados e que estejam comprometendo a permanência e aprendizagem.

#### Ações afirmativas: inclusão e acessibilidade

Desenvolver ações para combater e para erradicar, no âmbito da UnDF, desigualdades, discriminações e preconceitos étnicos, raciais e sociais decorrentes de origem, de deficiência, de gênero, de sexualidade, de religiosidade ou de quaisquer outras. Essas ações devem romper com barreiras arquitetônicas e atitudinais que possam comprometer a inclusão efetiva de todos(as) estudantes, construindo uma universidade inclusiva e acessível para toda comunidade. As ações devem, portanto, atuar para institucionalizar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, garantindo o direito à educação superior a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades, bem como garantir o direito à educação das populações e grupos minoritários historicamente excluídos.

#### Cultura

Promoção, desenvolvimento e apoio a ações, a práticas e a manifestações artístico-culturais de integração entre a comunidade acadêmica, compreendida como docentes, discentes, técnicos administrativos e prestadores de serviços, e comunidade externa. As ações devem ser pautadas no respeito, no reconhecimento e na valorização da diversidade cultural, proporcionando aos discentes e aos demais sujeitos partícipes, a vivência da cidadania por meio de experiências éticas e estéticas de arte e cultura.

Assumindo a promoção da cultura como compromisso institucional, a UnDF poderá desenvolver um programa de bolsa destinado aos discentes que fomente e que estimule ações artístico-culturais por meio de projetos institucionais sob a responsabilidade de servidores técnicos ou docentes.

#### Esporte, Lazer e Convivência

Promoção, desenvolvimento e apoio a ações e a práticas que possibilitem aos discentes a vivência da cidadania por meio do esporte e do lazer e que promovam a integração nos *campi* entre a comunidade interna e externa, contribuindo para a democratização e para o acesso a essas atividades. As atividades devem ter caráter integrador e intercultural, de respeito, de valorização e de fortalecimento das diversidades, incentivando práticas de vida saudáveis.

Para o desenvolvimento de atividades ligadas ao esporte e ao lazer, a UnDF poderá criar espaços ou centros de convivência e integração, tanto a céu aberto com quadras, jardins, parques, praças, bosques, como em lugares cobertos/fechados com ginásios, salas de estar, entre outros[[5]](#footnote-5). Esses lugares podem, inclusive, ser referência para representatividade e divulgação de diferentes culturas e etnias como forma de construir identidade e pertencimento, reconhecendo-se como parte desse ambiente.

O incentivo à prática de esportes pode se dar, também, por meio da concessão de programa de bolsa atleta que viabilizem a participação do discente em eventos esportivos e das condições necessárias para que possa de dedicar aos treinamentos.

#### Acolhimento e integração

Ações que visem a acolher e a integrar estudantes ingressantes na universidade, especialmente estudantes vindos de outras regiões ou estrangeiros e aqueles vindos por meio de programas de intercâmbio e de mobilidade estudantil. Prever, entre essas ações, apoio para utilização de serviços básicos tanto internos quanto fora da universidade como acesso à saúde, moradia, alimentação, transporte e deslocamento, entre outros.

As 20 áreas de atendimento acima descritas visam a consolidar o disposto no Art. 5.o, Capítulo II, do documento que propõe o Estatuto da UnDF e descreve que:

A UnDF tem por finalidade promover ensino, pesquisa e extensão de forma indissociada, por meio de uma gestão de excelência, inovadora, democrática e inclusiva, atuando como vetor de transformação da realidade social, econômica e ambiental do seu entorno e tornando-se referência nacional na formação e na produção de conhecimento nas diferentes áreas do conhecimento (CEBRASPE, 2022b, p. 38).

As áreas respondem também ao proposto no Objetivo 5 (CEBRASPE, 2022a) de assegurar a permanência e o êxito dos estudantes em seus percursos formativos por meio de ações inovadoras que previnam a evasão e que promovam o êxito acadêmico, mapeando e identificando as situações de vulnerabilidades que possam comprometer a qualidade do processo formativo.

Considerando o contexto de inserção da UnDF, tendo em vista as desigualdades socioeconômicas apontadas nos relatórios Cebraspe (2021a e 2021b), o perfil dos estudantes egressos do ensino médio no Distrito Federal e RIDE e ainda o alto índice de estudantes que não chegam a concluir a educação básica, a oferta de condições de acesso com a garantia de políticas de permanência e êxito são essenciais para promover a democratização da educação superior na região.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado se constitui como proposta para elaboração uma Política de Assistência Estudantil, buscando apresentar, de forma ampla, um panorama de fundamentação teórica, legal e de experiências de outras instituições acerca dos temas. Importante ressaltar que essa ação contribui para que a UnDF estabeleça os critérios, formas de acesso, divulgação e seleção dos estudantes beneficiados.

Esse documento de proposição de política de assistência estudantil contemplou a finalidade e justificou a necessidade dessa política de forma contextualizada, trazendo dados estatísticos, fundamentação teórica e legal, bem como experiências de outras IES na implementação e execução de ações voltadas ao atendimento de discentes no âmbito da assistência estudantil. Essa contextualização permitiu identificar razões pelas quais, conforme vários estudos, ocorre retenção e evasão, bem como situações que afetam positiva e negativamente o desempenho dos estudantes. Podemos confirmar, assim, que o texto apresenta a finalidade da política de forma contextualizada e referenciada.

Em relação às propostas de políticas institucionais, o texto apresenta a concepção, princípios e diretrizes, bem como objetivos geral e específicos que devem organizar e orientar as formas e tipos de concessão, as áreas de atendimentos universais e prioritários e a elaboração de programas, projetos e ações que viabilizem a execução da política de forma eficiente e eficaz. O cumprimento dessas diretrizes e objetivos levam ao combate sistemático à evasão e contribuem na elaboração de estratégias para melhorar o desempenho e o êxito acadêmico.

Reconhecendo e fortalecendo a assistência estudantil como um direito de todos(as), o texto trouxe uma proposição para definição do público-alvo e, com base nessa descrição, elencou as áreas de atendimento, num total de 20 áreas que tem como foco o atendimento psicossocial na perspectiva da interseccionalidade e intersetorialidade.

Ao concluir esse documento, consideramos relevante trazer alguns indicativos que tomaram por base principalmente o estudo de Kowalski (2012). Ao analisar a forma de operacionalização da política de assistência estudantil em duas IES no Rio Grande do Sul, a autora trouxe, em suas conclusões, algumas proposições no sentido de contribuir para a implantação dessas políticas a partir dos dados analisados em seu trabalho. Considerando o contexto da UnDF, apresentamos algumas proposições, adaptadas do texto de Kowalski (2012, p. 161-162) em diálogo também com os demais trabalhos e documentos analisados na elaboração do presente produto. Assim, na sua efetivação, a política de assistência estudantil da UnDF deve:

* Criar protocolos de atendimento e de operacionalização da Política direcionados aos profissionais responsáveis pela sua execução, incluindo fluxos de encaminhamento internos e externos;
* Fortalecer a assistência estudantil como direito e o reconhecimento do estudante como sujeito de direitos, destituindo relações assistencialistas que os coloquem como consumidores de serviços;
* Ampliar a abrangência da assistência estudantil como direito de todos os estudantes, independentemente da situação socioeconômica, reavaliando, inclusive, as formas de punição que vinculam o direito ao benefício a diferentes contrapartidas por parte dos estudantes;
* Compor uma equipe técnica multidisciplinar e em quantidade suficiente para o atendimento do número de estudantes matriculados nos cursos presencias e a distância;
* Ofertar capacitação inicial e continuada para os profissionais que atuam com a Política de Assistência Estudantil, incluindo conhecimento sobre o orçamento, sua execução e destinação de recursos, bem como sobre as exigências legais de prestação de contas do uso do dinheiro público;
* Adotar ferramentas de gestão que permitam planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à política e sua eficácia e efetividade como o ciclo PDCA[[6]](#footnote-6) — *plan-do-check-act* — já apresentado no texto entregue para o Produto 2 do Termo Aditivo 011.

# REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Diretoria Executiva – Gestão 2007/2008. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/wp-content/files\_flutter/Biblioteca\_071\_Plano\_Nacional\_de\_Assistencia\_Estudantil\_da\_Andifes\_completo.pdf](about:blank). Acesso em: 16 fev. 2022.

ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?format=pdf&lang=pt](about:blank). Acesso em: 9 fev. 2022.

BRASIL. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n. 126/2012**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 8 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei n. 10.861**, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](about:blank). Acesso em: 23 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Decreto 7.234, de 9 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](about:blank). Acesso em: 23 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](about:blank). Acesso em: 23 fev. 2022.

CABRAL, Elaine de Almeida; YANNOULAS, Silvia Cristina. A Segregação Socioeducacional no Distrito Federal do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 26, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/J5847y3VSRZBmHGwxfMxFKs/#:~:text=Este%20artigo%20discute%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o,Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20e%20da>. Acesso em: 9 mar. 2022.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, 2018; v. 34, n. 3, p. 1-14. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf](about:blank). Acesso em: 11 fev. 2022.

CEARÁ L.; AMOROZO M.; BUONO R. Diploma, acesso e retrocesso. **Revista Piauí**. Folha de São Paulo. 10 maio 2021. Disponível em: [https://piaui.folha.uol.com.br/diploma-acesso-e-retrocesso/](about:blank). Acesso em: 6 fev. 2021.

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. “**Estudos de viabilidade de uma universidade distrital**” Autora: ROBL, Fabiane.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2021. (Termo de Referência n. 004, Código n. 2020-003, Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. “**Estudos de viabilidade de uma universidade distrital**” Autor: LOURENÇO, Marcelo Ferreira.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2021. (Termo de Referência n. 004, Código n. 2020-003, Projeto "Uma Universidade Distrital" — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE) (b).

\_\_\_\_\_ “**Documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais”** Autor: SOUSA, José Vieira de.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_ “**Documento contendo a proposta de Estatuto da Universidade do Distrito Federal (UnDF).”** Autora: MENEGHEL, Stela M. ; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 017, Código n. 2021-0017, Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — CEBRASPE) (b)

CISLAGHI, Renato. Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um *framework* para a promoção da permanência discente no ensino de graduação. **Tese** (2008). UFSC: Florianópolis, maio de 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91544/250753.pdf?sequence=1&isAllowed=y](about:blank). Acesso em: 18 fev. 2022.

COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo: São Paulo, 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar n. 987**, de 26 de julho de 2021. Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/d63441567ac346e3bb12c2ac68f43b7b/LC\_987\_2021.html](about:blank). Acesso em: 9 MAR. 2022.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX: 2012. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2022.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.17 n.31, p.59-73, jul./dez. 2013. Disponível em: [https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723/18359](about:blank). Acesso em: 15 dez. 2021.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior**. Dados Brasil. 11.a Edição/2021. Disponível em: [https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-11/dados-brasil/taxa-de-escolarizacao/](about:blank). Acesso em: 6 fev. 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social. PUCRS: Porto Alegre, 2012. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137](about:blank). Acesso em: 16 fev. 2022.

PALAVEZZINI, Juliana. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 217-236, mar. 2021. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/aval/a/vnLPr6rWQcKNPbG8Qn9WMYk/?format=pdf&lang=pt](about:blank). Acesso em: 11 fev. 2022.

PAULA, Camila Henriques de; MARTIN, Débora Gonzaga; ABRANTES, Luiz Antônio. O impacto do Reuni nos indicadores socioeconômicos dos municípios de Minas Gerais beneficiados com a expansão das universidades federais. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**. V. 14, n. 2, jun./dez. 2020, p. 105-124. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/download/17771/12107>. Acesso em: 8 mar. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhtfnnv8FQsVZzFH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2022.

QUINQUIOLO, J. M. **Avaliação da Eficácia de um Sistema de Gerenciamento para Melhorias Implantado na Área de Carroceria de uma Linha de Produção Automotiva**. Dissertação apresentada para obtenção do certificado de Título de Mestre pelo curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de Taubaté. Taubaté⁄SP: Universidade de Taubaté, 2002.

RISTOFF, Dilvo I. A tríplice crise da universidade brasileira. In: TRINDADE, Hélgio (org.). **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 201-210.

SCHNITMAN, Ivana Maria. Disseminação da cultura digital no ensino superior: programa de letramento digital para docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia. **Congresso internacional de educação e tecnologias**. 26 jun./13 jul. 2018. Disponível em: [https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/490](about:blank). Acesso em: 22 fev. 2022.

SILVA, Leonardo Barbosa e. **Caderno temático III**: A demanda potencial e o público-alvo da assistência estudantil [E-book]. Goiânia: CegrafUFG,2021. Disponível em: [https://www.dropbox.com/sh/qm1rfc4i3o2teeh/AAAL9A-Gw957i3sgM1IkpNQfa?dl=0&preview=Caderno+tematico+Andifes+ASSISTENCIA+ESTUDANTIL\_ebook+(1).pdf](about:blank). Acesso em: 9 fev. 2021.

SILVA, Patrícia Paula da; GIROTTO, Eduardo Donizete. Os desafios para estudantes e professores universitários do século XXI e a contribuição da educação emancipadora de Paulo Freire. **14.o Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias**. Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019. Disponível em: [https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3158/3021](about:blank). Acesso em: 7 fev. 2022.

SOUZA E SILVA, M. J. de; SCHRAIBER, L. B.; MOTA, A. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: [https://www.scielosp.org/pdf/physis/2019.v29n1/e290102/pt](about:blank). Acesso em: 15 dez. 2021.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**. vol. 22, n. 2, p.147-155, abr./jun. 2018. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207](about:blank). Acesso em: 15 dez. 2021.

© Cebraspe, 2021. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser copiada, reproduzida ou distribuída em qualquer meio conhecido ou que venha a ser criado.

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificado por meio do Decreto n.º 8.078/2013 como Organização Social (OS), tendo como finalidade precípua fomentar e promover o ensino, a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento institucional e a difusão de informações, experiências e projetos de interesse social e utilidade pública nas áreas de avaliação, certificação e seleção.

1. O Sinaes foi definido em lei para o Sistema Federal de Ensino que inclui as IES privadas e federais, excluindo as IES estaduais/distritais que, mediante adesão voluntária, poderão compor o referido sistema. Todavia, mesmo quando regidas por um sistema específico de regulação, a legislação que instituiu o Sinaes tem sido considerada como basilar. [↑](#footnote-ref-1)
2. O DUA pressupõe a utilização de práticas pedagógicas multimodais que se adequam às diferentes formas de aprender, promovendo o desenvolvimento curricular de forma acessível a todos(as), independentemente de serem público-alvo da educação especial (ZERBATO; MENDES, 2018). [↑](#footnote-ref-2)
3. Modelo social da deficiência: formulação alternativa que critica “[...] a abordagem individualista, restrita ao corpo, que alega neutralidade científica e preconiza ações normalizadoras, enquanto rotula os indivíduos como inaptos e ignora as estruturas sociais que impedem a participação social, o Modelo Médico.” (FRANÇA, 2013, p. 62). [↑](#footnote-ref-3)
4. Sobre a complexidade de conceituar saúde ver Souza e Silva; Schraiber; Mota (2019). [↑](#footnote-ref-4)
5. A UFMG possui vários e diferenciados espaços de convivência que podem ser consultados em: [https://www.ufmg.br/saudemental/rede-de-apoio/espacos-de-convivencia/](about:blank). [↑](#footnote-ref-5)
6. PDCA é uma ferramenta de gestão que prevê quatro fases interrelacionadas e contínuas que envolvem planejar, fazer/executar, checar/verificar e agir, conhecida como ciclo PDCA, sigla em inglês para *plan-do-check-act*. Trata-se de uma abordagem interativa que visa, por meio de um ciclo contínuo, o controle e a melhoria de processos, produtos, serviços etc. O ciclo inicia pelo planejamento (*plan*) quando é identificado o que vai ser trabalhado, quais resultados espera-se alcançar, estabelecendo-se indicadores e prazos. Na sequência a execução (*do*) e o acompanhamento (*check*) com base nos prazos e indicadores previamente estabelecidos, momento em que se pode fazer ajustes no planejamento inicial para, então, agir (*act*) no sentido de corrigir ou melhorar o processo, o que resulta em novo planejamento e continuidade do ciclo. (QUINQUIOLO, 2002). [↑](#footnote-ref-6)